

MÍDIA CONTEMPORÂNEA II

16
aula

META

Apresentar a pluralidade da mídia no mundo contemporâneo.

OBJETIVOS

Ao final desta aula, o aluno deverá: conhecer as relações entre mídia e democracia.

PRÉ-REQUISITOS

Compreensão das aulas anteriores e leituras de apoio.



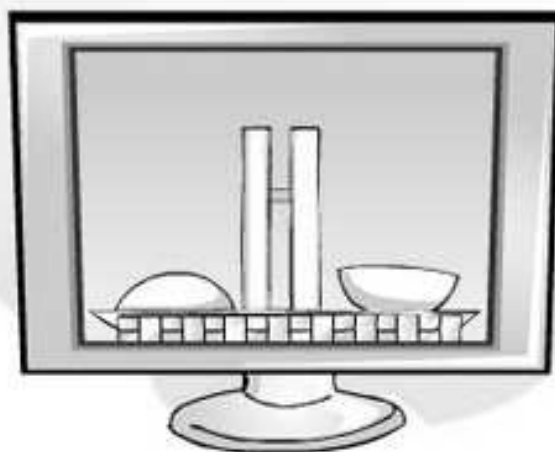
(Fonte: <http://pimentus-ardidus.blogspot.com>).

Vimos, anteriormente, que o crescimento explosivo dos meios de comunicação de massa no século XX suscitou algumas discussões entre os especialistas no assunto, entre outras, a que se refere ao poder que a mídia teria sobre os indivíduos já que ela seria a grande emissora de informações e, com isso, poderia modelar e/ou manipular as consciências receptoras ao seu bel prazer.

INTRODUÇÃO

Como o setor privado foi o grande impulsionador da mídia contemporânea, a ação política de muitos setores sociais se voltou para a exigência de uma maior intervenção do Estado para evitar a manipulação das massas pelo empresariado ligado ao setor. Daí, ser muito comum que, atualmente, o Estado tenha uma grande participação como emissor de informações e, principalmente, como regulador do setor das comunicações.

Nesse sentido, existe outro debate muito importante sobre a mídia contemporânea, qual seja: considerando a importância do setor na vida contemporânea, quais seriam os papéis do Estado e da iniciativa privada?



(Fonte: <http://www.plenarinho.gov.br>).

A expansão massiva dos meios de comunicação só foi possível em função dos avanços científicos e tecnológicos, que por sua vez resultam do processo de racionalização gestado nas sociedades modernas. Acrescentemos, no entanto, duas outras dimensões essenciais da dinâmica dessa expansão: o modelo competitivo das economias de mercado e o modelo político baseado na democracia representativa.

MODELOS

MERCADO OU ESTADO

Observem que nas sociedades onde os mecanismos de mercado são mais fortes e a democracia representativa mais consolidada, encontraremos meios de comunicação com tecnologias mais avançadas, que atingem um número mais amplo de pessoas e que promovem abordagens mais diversificadas. Não queremos dizer com isto que nessas sociedades as tensões derivadas dessa esfera de ação social estejam superadas. De modo nenhum. Argumentamos, simplesmente, que nesses ambientes, que podemos denominar de sociedades abertas ou de capitalismo democrático, as tensões geradas pela assimetria entre o poder de emissão de informações das empresas de comunicação e a situação de receptores dos cidadãos, em geral, são enfrentadas buscando mais avanços tecnológicos e mais liberdade para os indivíduos.

Vejamos o caso da emergência da Internet.

Antes da existência da rede mundial de computadores, havia enormes preocupações por parte de estudiosos, de associações civis e de muitos cidadãos com o enorme poder de emitir informações que detinha as companhias de *mass media*. Com o surgimento da internet, qualquer pessoa passa a ser emissora, além de receptora de notícias. Os *blogs*, os *sites*, a *wikipedia*, o *youtube* e vários outros mecanismos colocam qualquer cidadão na situação de sujeito da produção e distribuição da informação.

A emergência da internet solucionou o problema expresso pelo perigo de concentração de poder nas grandes corporações nacionais

e multinacionais do setor? Claro que não. Mas, não podemos deixar de considerar que significou um avanço democrático no mundo da produção e circulação de informações. Em função disso, a inclusão digital, que envolve o acesso à internet, se transformou numa demanda de amplos setores da população em todo o mundo. Atualmente, a possibilidade de acesso à rede mundial tornou-se um dos índices reveladores de democratização do poder de produzir e distribuir informações.

Países	% da população com acesso à internet
EUA	59,1
Reino Unido	57,4
Canadá	53,1
Coréia do Sul	53
Japão	44,1
Alemanha	38,5
Itália	33,4
França	28,4
Brasil	7,1
China	3,5

Fonte: Brym *et alii*, 2006.

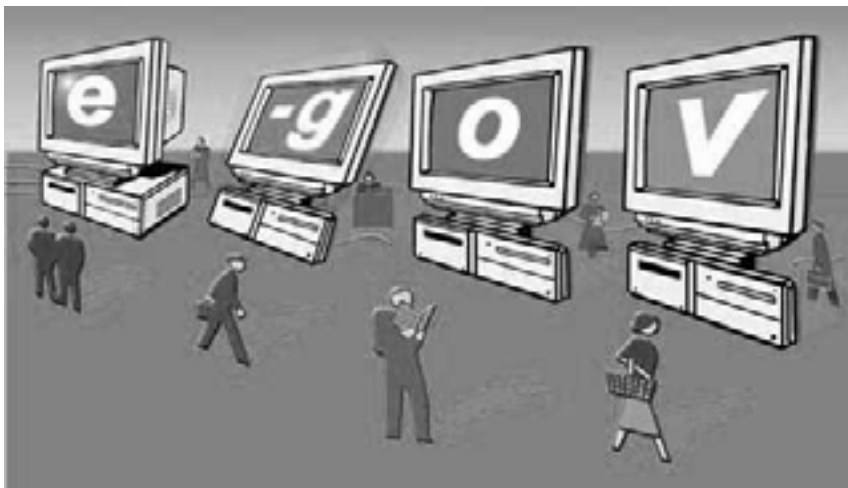
Para reforçar o argumento de que o avanço dos meios de comunicação depende do binômio mercado-democracia, vejamos o caso de Cuba. Segundo relatório dos Repórteres Sem Fronteiras, na ditadura mais antiga da América Latina, menos de 2% da população tem acesso à internet. A ilha de Fidel se iguala, nessa área, a países como o Sri Lanka e Uganda. A vizinha Costa Rica, por exemplo, tem 13 vezes mais internautas que na ilha.

GOVERNO ELETRÔNICO

Outra revolução aberta pelas tecnologias da informação é o que se convencionou chamar de e-governo, ou seja, o governo eletrônico. O que vem a ser isto?

Embora seja, diante das suas possibilidades, uma experiência ainda incipiente e pouco discutida academicamente, esse fenômeno pode ser descrito como um conjunto de serviços prestados pelos governos para empresas, cidadãos e para outros setores de governo através da rede de computadores. Esses procedimentos permitem uma comunicação instantânea entre os agentes estatais e os setores civis em período integral, ou seja, 24 horas diárias e a semana inteira. Além disso, permite também relações com níveis significativos de transparência, pois as informações em questão podem ser verificadas por todo e qualquer cidadão que acessar os espaços do governo na internet. Vejamos alguns exemplos do e-governo.

a) Pregão eletrônico – vários governos têm usado esse mecanismo para promover as compras necessárias aos serviços do Estado através de editais. Esse tipo de compra traz vantagens nos preços, em virtude da concorrência e maior transparência no processo de aquisição de bens e serviços;



(Fonte: <http://ocasionalidades.files.wordpress.com>).

- b) Bibliotecas - o acervo de várias bibliotecas públicas está sendo paulatinamente digitalizado para que os usuários possam acessá-lo de lugares remotos e *online*;
- c) Acompanhamento de Processos - existem inúmeras iniciativas governamentais que procuram permitir o acesso aos mais diversos tipos de processos encaminhados pelos cidadãos através da internet: reclamações, solicitação de informações, certidões, alvarás etc.;
- d) Legislativo – as casas legislativas (câmaras, assembleias, senado) também têm expandido esses serviços *online*, propiciando que a população verifique o andamento dos projetos de lei, o trabalho das comissões parlamentares, a ação parlamentar no plenário e fora dele;
- e) Orçamentos e prestação de contas – uma das áreas onde o governo eletrônico parece chamar mais a atenção é aquela que diz respeito aos gastos orçamentários. Aqui, os cidadãos podem acompanhar mais precisamente os gastos governamentais em toda a sua dimensão.

Se considerarmos as suas possibilidades, o que observamos do governo eletrônico ainda é muito incipiente. Entretanto, podemos afirmar que se trata de uma tendência irreversível e que só tende a se ampliar, desde que a sociedade civil se organize e exija mais transparência.

Por isso, é fundamental que todo cidadão tenha acesso a um computador para que possa não somente conhecer o que aconte-

ce nas administrações públicas, como, de certa forma, interferir nas mesmas, cobrando informações e ações que reforcem o caráter público e democrático dos governos.

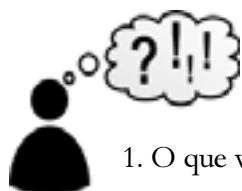
No último relatório da ONU sobre governo eletrônico, os dez países mais bem colocados são: Suécia, Dinamarca, Noruega, Estados Unidos,



(Fonte: <http://www.prodesp.sp.gov.br>).

Holanda, Coréia do Sul, Canadá, Austrália, França e Inglaterra. Nesse índice, os principais critérios são: número de PC e celular por habitante, usuários da internet, infovias, número de *sites* oficiais e serviços prestados.

O Brasil ainda apresenta um desempenho muito limitado em se tratando de governo eletrônico. O país ocupa o 45º lugar no ranking geral e fica atrás até mesmo de outros países latino-americanos, como são os casos do México, da Argentina e do Chile.



ATIVIDADES

1. O que você entendeu por emissores e receptores de informação?
2. Em sua opinião, qual deve ser a relação do Estado com a mídia?
3. Você é um agente ativo do mundo virtual?
4. Quais são as ações de governo eletrônico na sua cidade?
5. Em que as novas tecnologias podem melhorar a vida das pessoas?

COMENTÁRIO SOBRE AS ATIVIDADES

1. Lembre que a internet permite a qualquer pessoa emitir informações, inclusive para um número significativo de pessoas;
2. Procure pensar o Estado como regulador ou emissor de informações;
3. Considere iniciativas como *blog*, *sites*, acompanhamento virtual de ações governamentais;
4. Descreva, por exemplo, como funciona o *site* da prefeitura municipal;
5. Reflita sobre a possibilidade de cada cidadão ter acesso à internet e ser consultado pelos governos sobre os mais variados temas.

O elemento que tem propiciado uma relação mais forte entre a mídia e a democracia é a liberdade de concorrência. Isto significa que nos países onde os indivíduos têm ampla liberdade criativa nos campos da ciência, da política, da economia, das artes etc., as possibilidades de democratização da mídia e do próprio Estado são muito maiores. A busca permanente de auto-aprimoramento por parte das democracias europeias e norte-americana referente a essa temática ilustra bem o raciocínio desenvolvido até aqui.

CONCLUSÃO

RESUMO



As possibilidades trazidas pelas novas tecnologias de informação são das mais variadas, sobretudo porque podem ser utilizadas não somente para colocar cada cidadão como produtor de informação, como também para aproximar mais o Estado da sociedade, tornando os governos mais transparentes e democráticos nas suas decisões e prestações de serviços. A democratização do acesso à internet ilustra perfeitamente as potencialidades dessas novas tecnologias. O desenvolvimento desses modelos, entretanto, depende do aprofundamento de modelos institucionais que aprimorem as liberdades individuais, sobretudo na política e na economia, ou seja, modelos que aprofundem a concorrência no mercado e na política.

PARTICIPAÇÃO, DEMOCRACIA E A INTERNET NO BRASIL

Paulo Lima e Graciela Baroni Selaimen

A lógica de comunicação na grande rede é feita sob medida para atores sociais, agentes, pessoas que querem se fazer ouvir, publicar, intervir. O próprio modelo de rede é adequado a esta participação: descentralizado, horizontal, de múltiplas conexões e sem limite espacial. Esta lógica de participação e apropriação social do uso das tecnologias de comunicação e informação tem que ser incentivada. E isso não exige mirabolâncias - basta criar modelos simples de utilização, que permitam a rápida apropriação por indivíduos de diversas origens e realidades e replicá-los em vários sítios e portais diferentes - fazendo com que a “interferência” do cidadão através da Internet se transforme em ferramenta de resistência cultural e de pressão política em seu melhor sentido. Usar o virtual para incluir cidadãos e torná-los conscientes de sua importância e possibilidade de intervir - e implementar mudanças.

Temos consciência de que a universalização do acesso à Internet é, ao mesmo tempo, problema a ser superado com urgência e também luz no fim do túnel, perspectiva de possíveis soluções. De fato, é fundamental ressaltar que por um lado, a Internet - como existe hoje, no Brasil - vem retratar o agravamento de desigualdades sociais, econômicas e políticas, uma vez que a concentração de renda e acesso a bens como computadores e linhas telefônicas no Brasil é privilégio de tão poucos, que criam-se duas novas categorias sociais: os que têm acesso à Internet e os que não têm. A distância entre estas duas realidades é o que chamamos de “brecha digital” - de um lado, uma parcela muito pequena da população que transita num universo novo de mil

possibilidades. De outro, uma parcela imensa que só ouve contarem sobre a nova realidade.

Por outro lado, a Internet oferece novas possibilidades de participação. Um exemplo é o fortalecimento de iniciativas locais, que tomam outras dimensões quando multiplicadas entre os diversos atores de uma rede - regional ou nacional; a reafirmação de identidades, de culturas, a valorização do conteúdo local através do compartilhamento de valores de uma determinada comunidade com o mundo; a possibilidade de qualquer indivíduo se informar.

REFERÊNCIAS

BRYM, Robert et al. **Sociologia - sua bússola para o futuro**. Vários tradutores. São Paulo: Thompson, 2006.

CHARAUDEAU, P; MAINGUENEAU, Dominique. **Dicionário de análise do discurso**. Coordenação da tradução de Fabiana Komesu. São Paulo: Contexto, 2004.

GIDDENS, Anthony. **Sociologia**. Tradução de Sandra Regina Netz. Porto Alegre: Artmed, 2005.